

PORTUGUESES E AFRICANOS NA ÁFRICA AUSTRAL NO SÉCULO XVI: DA IMAGEM DA DIFERENÇA AO REFORÇO DA PROXIMIDADE

ANA CRISTINA ROQUE*

“Quilloa e cittade in Arabia in una insuleta giuncta a terra ferma ben populata de buomini negri e mercadanti, edificata al modo ñro. (...) abundantia de ouro, argento, ambre, muschio, e perle (...) vesteno panni de fera; e bambari fini...

(Sofala) ..e una insula alla bocca dum fiume habitata da molti mercadari dove e ouro infinito qle gli vien portato da le mediterranee parte de la Aphrica ha buomini picoli de corpo e forte; e molti monstruosi; quali mangiano carne humana...”

*Copia de una lettera del Rei di Portugallo al Re di Castella (1497/1500),
Imprensa Nacional, Lisboa, 1906.*

Assim apresentou D. Manuel a costa Oriental de África aos Reis de Castela, na viragem do século XVI, e na sequência das informações decorrentes das primeiras incursões portuguesas no Índico Africano.

À imagem do mundo urbano e civilizado da costa Norte, em que as cidades islâmicas de Quíloa, Mombaça e Melinde surgiam como verdadeiras metrópoles e os seus habitantes, posto que negros e mouros, se enquadravam nos estereótipos definidos e aceites pelo Ocidente como “civilização”, D. Manuel contrapunha ainda a imagem dos negros monstruosos e antropófagos das terras do Sul,

* Instituto de Investigação Científica Tropical. Departamento de Ciências Humanas / Programa de Desenvolvimento Global.

persistindo numa apresentação mítica e fantasmagórica dos africanos, criada e acarinhada durante séculos pelo imaginário ocidental e que tem, nas descrições de Leão o Africano, um dos seus melhores exemplos.

“Quei della Terranegra sono uomini bestialissimi, uomini senza ragione, senza ingegno, e senza pratica:...e vivono pure a guisa di bestie, senza regola e senza legge, le meretrici tra loro sono molte; e per conseguente i becchi, sennon se alcuni che abitano nella città grandi. elli infine áno poco più del sentimento umano.”¹

Por sua vez, e inerente a este mesmo conhecimento, os contactos com os vários povos africanos, tanto na Costa Atlântica quanto na Costa Oriental, deixavam sem fundamento a teoria das zonas inabitáveis da terra que, embora remontando ao século V AC, havia sido amplamente difundida na Europa por Sacrobosco no seu *Tratado da Esfera*². Não só as zonas temperadas ofereciam condições para o estabelecimento das populações, como o equador e a zona tórrida estavam longe de ser inhóspitos e intransponíveis. Ali o mar não fervia e, nas suas margens, homens como nós provavam-nos o quanto estávamos enganados.

Lançados na aventura da expansão e dos descobrimentos, os portugueses vieram, de forma decisiva, contribuir para uma nova visão do homem e do mundo. Bordejando ambas as costas do continente africano, as viagens e as navegações dos portugueses nos séculos XV e XVI, obrigaram a uma ruptura definitiva com uma imagem do mundo e dos seus habitantes que o Ocidente tinha construído e alimentado ao longo de séculos.

Apesar das evidências relevantes de tais viagens, muitos foram os que se revelaram incapazes de admitir uma alteração tão profunda e que, continuando agarrados à imagem de um mundo no qual “...para além da terra, das ilhas e dos desertos [do] Preste João, dirigindo-nos para Oriente, nada se encontra, à excepção de montanhas e grandes rochedos e a região tenebrosa onde nem se podia ver nem o dia nem a noite, como os habitantes da região testemunham”³, perpetuaram, no retrato dos habitantes de tais regiões, os velhos mitos de seres semi-humanos semi-animais, cujos costumes selváticos e bestiais estavam longe de poder enquadrá-los no conceito de “homem civilizado”, de que o Ocidente se considerava exemplo único.

¹ “Descrizione dell’è Affrica per Giovan Leone Affricano”, in Giovanni Battista RAMÚSIO *Viaggio (il) di Giovan Leone e Le Navigazioni*, Veneza, 1837, p. 30.

² Vd. Lynn THORNDIKE, *The Sphere of Sacrobosco and its Commentators*, University of Chicago Press, 1949.

³ Malcolm LETTS, “Mandeville’s Travels, Texts and Translations, Londres, Hayluyt Society, 1967 (reed.), cit. in W.G.L. RANGLES, *Da Terra Plana ao Globo Terrestre*, Lisboa, Gradiva, 1990, p 21.

Aos olhos dos europeus, os usos e costumes desses homens, e sobretudo o seu aspecto físico, colocavam-nos no último degrau da escala dos humanos. A sua apresentação explorava a diferença e a dissemelhança para sublinhar, de forma intencional, não o que podia ser tido como “anormal” por referência ao modelo europeu, mas o que se considerava como “animal” e “selvagem”, por oposição ao “humano” e “civilizado”.

*“La più parte di questo non sono nè Maumettani, nè Guidei, nem men credono in Cristo; ma sono senza fede e senza non pur religione, ma ombra de religione alcuna: dimodochè nè fanno orazione, nè tengono chiesa; ma vivono a guisa di bestie (...) Quegli di Libia sono bestiali, ignoranti, senza lettere di niuna sorte, ladri e assassini; e vivono come fanno gli animali salvatiche: sono eziandio senza fede e senza regola; (...) tutto il tempo della vita loro consumano, o in far male, o in cacciare, o in far tra lor guerra, o in pascer le bestie per il deserti: e sempre vanno scalzi e nudi”.*⁴

Neste contexto, a ideia que preside a este trabalho é justamente a de sublinhar que, pese embora o perpetuar destes escritos e de toda a conceptualização e filosofia que os envolve, a documentação portuguesa do início do século XVI, testemunha, de forma clara e inequívoca, a consciência de uma realidade diferente. E ainda que persistam considerações que continuam a deixar transparecer esta ideia dos “negros bestiais”, a experiência, *que é madre de totalas cousas*, tende a corrigi-las, a afeiçoar-las, conferindo-lhes progressivamente uma “humanidade” que resulta não tanto do reconhecimento da diferença quanto, sobretudo, da constatação de uma proximidade.

Tal não significa que o discurso oficial lhes confira estatuto de civilizado ou lhes reconheça o direito à sua individualidade histórica, baseada em padrões culturais e de comportamento diferentes dos valores ocidentais persistindo ainda, em meados do século XVI, e mesmo quando em causa estão as gentes do Mwenemotapa “*de maior entendimento que a outra que corre contra Moçambique*”⁵, uma imagem de gente negra, idólatra, acreditando em agouros e feitiços, alarves, bárbaros como a própria região em que vivem, gente que come carne humana e que sangra ao animais para lhes beber o sangue⁶.

Porém, e esta é uma questão que ultrapassa em muito a temática específica aqui tratada e que respeita a toda a problemática da História da Expansão e dos Descobrimentos, este insistir no perpetuar de uma imagem do selvagem,

⁴ “Descrizione dell’è Affrica per Giovan Leone Affricano...”, p. 30.

⁵ João de BARROS, *Ásia – Década I*, Livro X, Cap. 1, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988 (reed.), p. 376.

⁶ Idem, Caps.1 e 2.

ser inferior, quiçá animal impossível mesmo de fazer aceitar a palavra divina, perpassa as linhas mestras que orientam a expansão inicial, contribuindo para alimentar a própria “política de sigilo” e, posteriormente para o desenvolvimento de políticas de exclusão e de marginalização, de que a prática escravagista é exemplo bem conhecido de todos.

À época, tal como hoje, o poder da informação, impunha-se pelo recurso à dicotomia entre saber e não saber, expressa no permanente traçar da fronteira entre o que se conhece e o que é dado a conhecer, e legitimada pela própria iniciativa de quem, aventureiro ou já consciente do que a História iria confirmar, se lançou pelo Oceano em busca de outros mares, outros espaços, gentes e credos, de que apenas se pressentia a existência e que urgia a necessidade de confirmar.

Conseguir chegar ao âmago desta questão, será talvez um dos temas mais fascinantes da “nossa” História da Expansão e dos Descobrimentos já que nela se inscreve a ideologia que a sustenta e dela depende, em última instância, o poder de controlar o que se conhece, abrindo apenas e eventualmente uma ligeira brecha que permita aos outros participar de um conhecimento, depurado e filtrado, que terá de presumir-se como real. João de Barros foi, neste contexto e enquanto “cronista oficial do reino”, um dos melhores paladinos desta construção⁷.

Por sua vez, toda e qualquer reflexão que se faça em torno desta questão não pode, ou pelo menos não deve, marginalizar outras que lhe são inerentes, designadamente, as que se referem à escolha prévia da informação a utilizar, ao testemunho directo e vivenciado de quem informa ou naturalmente, ao testemunho, por vezes também directo e vivenciado mas que corresponde não exactamente à realidade mas ao que os Portugueses pretendiam que fosse essa realidade ou, em última instância, ao que oficialmente deveria ser dito.

Todas estas questões interferem directamente, tanto na imagem construída e que se dá a conhecer, quanto numa imagem mais próxima do real, apoiada nos relatos e nas descrições de quem, não tendo sobre si a responsabilidade oficial do conhecimento é, de facto, o principal responsável pelo diálogo quotidiano com as gentes da terra e que, por isso, detém a posição privilegiada de poder relatar a “realidade”. Ainda que, naturalmente, a “realidade” não possa ser considerada em absoluto, como única, verdadeira e indiscutível pela componente de subjectividade que encerra e pelas múltiplas leituras que, por essa mesma razão, dela se pode fazer.

A objectividade que se ganha com a distância permite uma análise mais racional, expurgada das emoções que envolvem o relato de quem vive o

⁷ Ana Cristina ROQUE, “A Costa Oriental de África na 1ª metade do século XVI segundo João de Barros ou do lugar da Costa Oriental Africana na Historiografia Imperial”, *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, Lisboa-Tomar, 4-8 de Junho de 2002, Lisboa, 2004, pp. 121-137.

momento. Porém, ainda que não possam ser recuperadas para a História, as emoções constituem uma componente fundamental na relação com os outros e o mundo que nos rodeia e sem elas, a História, perderia uma componente essencial: a sua humanidade.

Na miríade de documentos do século XVI, os *Relatos de Naufrágios* constituem um campo privilegiado para a compreensão desta componente da História, perceptível num registo marcado sobretudo pela dimensão da memória e da sobrevivência. Escritos *a posteriori*, e preservando quase à flor da pele as emoções dos momentos da desgraça e da tragédia, estes textos constituem ainda assim exemplo paradigmático de um registo minucioso e detalhado que nos permite hoje refazer percursos e precisar informações sobre as gentes contactadas e as regiões percorridas. Embora quase sempre abordados numa perspectiva de história trágico-marítima indissociável da expansão portuguesa, estes relatos constituem, de facto, os primeiros itinerários terrestres feitos por europeus na África Austral e deles resultou o *corpus* documental mais antigo sobre o *hinterland* da costa Sul Oriental de África. Um *corpus* documental riquíssimo e que constitui hoje, também, um testemunho precioso para perceber a desconstrução dos mitos em que, no início do século XVI, se envolvia ainda a apresentação dos homens e das terras de toda a região austral do continente africano.

Ainda que não seja nossa intenção explorar aqui o mundo dos *Relatos de Naufrágios* não podemos deixar de referir a sua importância para o conhecimento das terras e gentes das zonas atravessadas pelos sobreviventes, sobretudo das áreas interiores confinantes com o litoral entre a Angra de São Brás e Sofala. Esse conhecimento e reconhecimento expressa a forma como essas sociedades foram percebidas pelos europeus permitindo-nos hoje recuperar aspectos particulares que contribuem para uma representação e conceptualização do Outro à “nossa imagem e semelhança”, por contraponto à imagem oficial dos “negros selvagens e bestiais”.

Já vimos que, na viragem do século XV, a carta de D. Manuel é clara quanto à questão do que se deveria dar a conhecer e, de facto, será necessário esperar mais de um século para que, oficialmente, se assuma outra atitude. Contudo, olhando de perto outra documentação do mesmo período, constatamos que o que se conhecia de facto, nem sempre correspondia ao que era dado a conhecer.

De um modo geral, as informações do primeiro quartel do século XVI, apontam para uma progressiva desmitificação que decorre e acompanha o reconhecimento do litoral africano, dos seus recursos e potencialidades e das comunidades que ali habitam e os aproveitam.

Note-se que esta mudança na percepção e apreciação do Outro transparece logo nos primeiros documentos, designadamente nos relatos da primeira viagem

de Vasco da Gama à Índia⁸ e da viagem de Pedro Álvares Cabral⁹, ainda que o primeiro esteja na base da já referida carta de D. Manuel.

Em qualquer destes dois textos, a imagem do Outro surpreende sobretudo pelos aspectos em que reflecte não tanto a diferença mas a proximidade e semelhança. Levando na cabeça a imagem dos negros bestiais que povoariam as regiões até aí tidas por inóspitas e inabitáveis, e apesar de nunca deixarem de sublinhar o que os separa destas gentes, o que surpreende estes homens é, principalmente, o facto de se reconhecerem a si próprios no outro. Expressando-se esse reconhecimento não só na apreciação das gentes como também na própria paisagem que replica ambientes e *habitats* que lhes são familiares em Portugal e na bacia do Mediterrâneo.

É assim que a imagem dos homens baços da Angra de S. Brás se vê afeiçoada por Álvaro Velho. Os mesmos negros que haviam apedrejado os homens de Bartolomeu Dias enquanto ali faziam aguada, apesar de traiçoeiros¹⁰ e de continuarem a mostrar uma certa hostilidade e desconfiança relativamente ao estrangeiro que lhes tira a água, revelam-se sensíveis porque conhecedores e amantes da música, pois “... começaram logo de tanger quatro ou cinco flautas, e uns tangiam alto e outros baixo, em maneira que consertavam muito bem para negros, de que se não espera música”¹¹. Depois, mais a Norte, o mesmo autor informa de como a Martim Afonso, que Vasco da Gama mandou sair em terra, os negros do Rio do Cobre “fizeram gazalhado” e da recepção simpática e amistosa que a população indígena ali fez aos portugueses que, por isso, chamaram àquela terra a Terra da Boa Gente. Desta forma, e ainda que muito timidamente, se vai reconhecendo no Outro os traços de uma humanidade que, à partida, lhe era negada.

Em seguida, o olhar do observador atento que foi Álvaro Velho ou mesmo do anónimo autor que relata a viagem de Cabral, vai registando que também aqueles homens são, como os ocidentais, agricultores, pastores e comerciantes, reconhecendo-lhes procedimentos semelhantes aos usados na Península Ibérica e habitando uma região que em tudo lhe era também muito semelhante. Na Angra de São Brás, por exemplo, marca-se o gado para venda e albardam-se os bois à moda de Castela¹², a paisagem pontua-se de espécies vegetais que lembram as estevas e os zambujeiros da bacia do Mediterrâneo¹³ e, entre a fauna marinha,

⁸ ANÓNIMO, *Relação da 1ª Viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-98 Álvaro Velho?)*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, vol. I, Lisboa, Alfa, 1989 (apresentação e comentário de Luís de Albuquerque)

⁹ “Relação do Piloto Anónimo (1500)”, publicada in Jaime CORTESÃO, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e a Descoberta do Brasil*, Obras Completas, vol. XII, Lisboa, Portugália, 1967.

¹⁰ ANÓNIMO, *Relação da 1ª Viagem de Vasco da Gama à Índia...*, p. 27.

¹¹ Id. *Ibidem*.

¹² ANÓNIMO, *Relação da 1ª Viagem de Vasco da Gama à Índia...*, p.14.

¹³ Raphael Eduardo de Azevedo BASTO, *Esmeraldo de Situ Orbis por Duarte Pacheco Pereira (1505-1508)*, Lisboa, 1892, p. 91.

enumeram-se desde logo as aves conhecidas dos marinheiros e as que, em movimentos sazonais, usam as rotas que passam pela Península¹⁴.

Prosseguindo num registo marcado pela observação e pelo detalhe, indica-se que também nestas terras, homens e mulheres têm funções diferentes na sociedade, e que estas sociedades são igualmente marcadas por uma estratificação social em que a riqueza se expressa por vários indicadores precisos, nomeadamente sinais exteriores que, como por exemplo, o vestuário, permitem perceber a posição de cada um na sociedade. E ainda que, tal como no Ocidente, grandes cidades florescem ligadas à actividade comercial e que, em muitas delas, o luxo e a riqueza em que vivem os seus dirigentes rivaliza com as mais faustosas cortes europeias da época.

Em Quíloa “...habitam...mercadores ricos...(e) os da terra andão vestidos de panos de algodão finos, e de sedas e brocados finíssimos, e são negros”¹⁵ e em Melinde, quando os portugueses se encaminharam para o Palácio do rei. “...lhes vierão ao encontro muitas mulheres com perfumadores cheios de brazas, deitando-lhes tantos perfumes, que toda a terra estava embalsamada; e assim entraram onde o Rei estavam assentado em huma cadeira...”¹⁶

Neste contexto, como continuar a sustentar a imagem do selvagem e do negro bestial? Mau grado a persistência de um discurso oficial que continua a marginalizar estas sociedades, e que em simultâneo sustenta e sublinha o papel “civilizador” que parece reservado aos Portugueses, a documentação da época testemunha a fragilidade desta imagem ao contrapor um quotidiano em que se evidenciam, sobretudo, os traços de uma proximidade que nos envolve e nos faz “sentir em casa”.

Naturalmente que tudo o que se desconhece e se observa e apresenta pela primeira vez, é descrito não só com minúcia mas, sobretudo, tendo como termo de comparação um referencial conhecido, mesmo quando se continua a dar espaço à imaginação e à fantasia. Só assim a descrição se torna perceptível e credível para quem recebe a informação sem ter presenciado nenhuma das situações descritas, mas podendo doravante construir outras representações destas em função não só do que se ouviu como também dos referenciais específicos relevantes dos horizontes próprios de cada um. A progressiva construção de representações, eventualmente até cada vez mais elaboradas, reproduz assim formas diferenciadas de transmitir uma informação que se assumiu como real, podendo dar espaço, do ponto de vista conceptual, à elaboração de imagens que combinam realidade, imaginação, fantasia e criatividade como a do famoso rinoceronte africano de Albert Dürer ou

¹⁴ Ana Cristina ROQUE, *A Costa Oriental de África na 1ª metade do século XVI segundo as fontes portuguesas da época* - Anexo 5, Tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, apresentada em 1995 à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. (Documento não editado).

¹⁵ “Relação do Piloto Anónimo (1500)”, *op. cit.*, p.112.

¹⁶ *Ibidem*.

do não menos conhecido Mapa-mundi de Fra Mauro, que ouvindo atentamente os relatos de viajantes, mercadores, aventureiros e missionários, se questionava em permanência sobre o que incluir ou não no seu mapa – “*How was I to inscribe what he told me onto my map?*”¹⁷

Deste modo, expurgadas as fantasias e ao invés de se insistir na tónica de uma representação anquilosada, que sabemos ter sido a oficial, e das consequências, a curto prazo, da persistência dessa mesma representação, de que todos conhecemos os funestos resultados, consideramos que valerá a pena apostar numa leitura da documentação portuguesa privilegiando as componentes ligadas ao reconhecimento. Não só das gentes, usos, costumes e saberes, mas também do território, recursos e potencialidades.

Por sua vez, e não menos interessante de analisar, uma das consequências deste reconhecimento revela-se também na tentativa de hierarquizar e padronizar os africanos de acordo como uma escala de aproximação ao conceito de “civilizado” e onde se posicionam em primeiro lugar as elites de mercadores negros islamizados e em último, os negros de cabelo revoltado que tapam “as partes vergonhosas” com pequenas tangas tecidas a partir de fibras vegetais, tendo de permeio inúmeras variantes que tendem a identificar os diferentes indivíduos com o grupo social a que pertencem. E, neste caso, com destaque especial para uma situação que, ao Ocidental, parece estranha e que respeita aos negros sumariamente vestidos apenas da cintura para baixo, e por isso socialmente posicionados nos escalões inferiores, mas com panos de algodão e seda vindos do Oriente, o que corresponde a um estatuto que, no imaginário ocidental, não se compadece com a imagem de homens e mulheres que andam parcialmente nus. Sentindo-se mesmo algum desconforto com esta situação que escapa à lógica de um modelo ocidental em que escassez se identifica com pobreza.

Neste contexto, e sem que por um momento que seja o registo cauteloso e minucioso destes dados tenha deixado de servir os objectivos específicos que orientaram estas missões de reconhecimento, o empenho que nelas foi posto impôs que se olhasse a terra e os homens de uma forma mais objectiva, o que confere a este tipo de registos um lugar particular sobretudo quando se pretende abordar o “mundo” da representação dos africanos no Ocidente, no século XVI.

Não podendo, naturalmente, fazer aqui uma análise exaustiva desta questão em toda a documentação do século XVI, escolhemos alguns exemplos, da primeira metade do século que podem, de *per si*, constituir uma base de reflexão sobre esta problemática, designadamente, as informações provenientes viagens de António Fernandes (1511-1515), dadas a conhecer por via dos *Apontamentos*

¹⁷ James COWAN, *A Mapmaker's Dream – The Meditations of Fra Mauro, Cartographer to the Court of Venice*, Shambala, Boston – London, 1996, p.19.

de Gaspar Veloso (1512)¹⁸ e da *Carta de João Vaz de Almada para el-rei* (1516)¹⁹, e os textos de Duarte Barbosa (1516)²⁰ e de Martim Fernandes de Figueiroa (1505-1511)²¹. Em qualquer dos casos, a tónica das missões de reconhecimento é posta na relação homem / território, seja na vertente de identificação dos recursos e potencialidades do território e a forma como os mesmos são localmente aproveitados, seja na eventual possibilidade de aceder e beneficiar desses mesmos recursos; sendo que, tanto os textos que se referem a Fernandes quanto os de Barbosa são, por excelência, paradigmáticos, na forma como transmitem as suas observações.

Instalados os portugueses em Sofala e após uma apreciação mínima das condições que podia oferecer a região refere Martim Fernandez de Figueiroa que, “El capitã enbio por provisiones el rio arriba cincuenta leguas”²², provavelmente nas terras do rei de Mexandira²³, e a restante documentação deste período evidencia que, com o mesmo objectivo, o bergantim de Sofala, realizava regularmente viagens ao longo da costa ou subindo o rio. Deste modo, apesar da procura de alimentos constituir o objectivo fundamental destas deslocações, estas terão igualmente funcionando como as primeiras viagens de reconhecimento da faixa litoral e sublitoral a partir da feitoria, estendendo-se progressivamente a áreas mais distantes, quer por penetração no *hinterland* quer por navegação ao longo da costa, para Norte ou Sul de Sofala, e ilhas costeiras.

A sua realização permitiu recolher informações não só sobre o que se produzia, onde e quando, como também sobre o que se podia comprar e a troco de quê, adquirindo estas informações uma importância especial no contexto

¹⁸ “Apontamentos de Gaspar Veloso, escrivão da feitoria de Moçambique, enviados a el-rei (1512)”, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)*, vol. III, Doc. 29, 1964, pp.180-189.

¹⁹ “Carta de João Vaz de Almada, Capitão de Sofala, para el-Rei. Sofala, 26 de Junho de 1516”, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)*, vol. IV, Doc. 16, 1965, pp.274-295.

²⁰ Duarte BARBOSA, “Descrição das Terras da Índia Oriental e dos seus usos e costumes, ritos e leis (Livro de Duarte Barbosa, 1516), *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, Tomo II, Lisboa, 1867.

²¹ Relação de Martim Fernández de Figueiroa (1505-1511)”, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)*, vol. III, Doc 106 – Apêndice, Lisboa, 1964, pp. 587-633.

²² “Relação de Martim Fernández de Figueiroa (1505-1511)”, *op.cit....*, Lisboa, 1964, p. 601.

²³ As terras de Mycamdira (Mexandira ou Maxamdyra), onde é possível encontrar mantimentos, são, segundo António Fernandes, as que confinam com Sofala embora este não especifique a que distância ficariam da Feitoria. “Apontamentos de Gaspar Veloso...”, (1512), *op.cit.*, p. 180. Depois do rei de Sofala, o rei de Mexandira é o primeiro a ser referenciado pelos portugueses. Seria provavelmente a chefatura mais próxima da feitoria e por isso também a primeira a ser referida na documentação portuguesa. “Mandado de Manuel Fernandes, Capitão de Sofala, para os contadores de el-rei. Sofala, 25 de Agosto de 1506, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)*, vol. I, Doc 84, Lisboa, 1962, p. 614.

do reconhecimento e do conhecimento efectivo, progressivo, da região e dos seus habitantes, e decorrendo daí uma imagem dos mesmos que os afasta progressivamente da condição de animal predador inerente à qualificação de selvagem.

Uma das principais manifestações da “humanidade” destas gentes é, justamente, o reconhecimento do seu estatuto de produtores, sendo que a percepção desta situação releva sobretudo da indicação e identificação do que se produz, tendo como referência o leque de produtos já “domesticados” e aceites como parte integrante da dieta alimentar de quem se considera “civilizado”.

Referenciam-se assim a produção local de cereais²⁴ e de cana-de-açúcar²⁵, a criação de gado²⁶ e de aves de capoeira²⁷, de par com a identificação e localização das áreas onde se pode proceder à sua aquisição, e a indicação dos períodos em que a mesma se não pode fazer²⁸, num quadro regional que, no final da primeira década de 500 abarca já toda a faixa litoral e ilhas entre a foz do Pungué e a do Save, e para onde as populações passam, por isso, a ser descritas em função de comportamentos menos selváticos, porque afeiçoados pela sua condição de produtores e conhecedores dos saberes e técnicas inerentes a essa condição.

Conjugando informações resultantes de percursos terrestres, fluviais e marítimos, o conjunto dos dados presentes nestes relatos permite, já no primeiro quartel do século XVI, um esboço das características da região e das suas gentes a partir do qual se trabalhará doravante no sentido da sua confirmação e, sobretudo, da sua definição em termos de delimitação espacial e caracterização cultural, contribuindo também estes para moldar uma imagem do Outro, cada vez mais próxima da realidade.

Daí a importância que se tem dado particularmente a António Fernandes²⁹, pioneiro que foi da penetração no sertão africano informando, por experiência

²⁴ Destaque para o sorgo (*sorghum sp.*), a mexoeira (*Pennisetum glaucum.*) e o arroz (*Oryza sp.*).

²⁵ “Relação de Martim Fernández de Figueiroa (1505-1511)”, *op.cit...*, p. 598.

²⁶ Referem-se abundância de gado vacum e caprino. “Mandado de Pero de Anhaia, Capitão-mór de Sofala, para o Feitor Manuel Fernandes, Sofala, 2 de Dezembro de 1505”, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)*, vol. I, Doc.28, Lisboa, 1962, p. 316.

²⁷ “Relação de Martim Fernández de Figueiroa (1505-1511)”, *op. cit...*, p. 598.

²⁸ Logo em 1511, aparecem as primeiras referências aos períodos do ano em que, em situação normal, escasseiam os mantimentos e, por isso não é possível a sua aquisição. Veja-se, por exemplo, o “Rol de Pagamento do Mantimento de Junho de 1511 na Fortaleza de Sofala, 1 de Junho de 1511”, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)*, vol. III, Doc. 17, Lisboa, 1964, p. 90 ou o “Mandado de João Vaz de Almada, Alcaide-mór de Sofala, para o Feitor Cristovão Salema, Sofala, 15 de Outubro de 1516”, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)*, vol. IV, Doc. 24, 1965, p. 548.

²⁹ As viagens de António Fernandes foram objecto de estudo específico ou de capítulos próprios em obras dedicadas ao estudo da região. Vejam-se, entre outros, Hugh TRACEY, *António Fernandes, descobridor do Monomotapa (1514-1516)*, Lourenço Marques, Arquivo Histórico de

própria, sobre esse mundo sertanejo povoado de pequenos reinos ligados entre si, cujas relações se apresentavam por vezes tensas, marcado pela rivalidade político-económica dos grandes senhores do sertão, de quem se diz serem dependentes, e de entre os quais se destacava o do *Mwenemotapa*³⁰.

Todavia, e apesar desta rivalidade que não cabe aqui analisar, Fernandes testemunha que, entre as gentes do sertão, existe uma unidade cultural que se manifesta num conjunto de costumes comuns a todos os povos por ele contactados.

As festas, em particular as festividades ligadas à lua nova³¹, as características gerais da população³², o sistema de reciprocidade de dádivas e o uso do mesmo tipo de armas³³ são alguns dos aspectos referidos como evidência dessa unidade cultural; uma unidade que se manifesta também, de forma clara e precisa, numa forma de organização particular do espaço que tem, nas grandes fortalezas de pedra solta do interior - os *Zimbabwe* -, o seu exemplo mais acabado.

Neste contexto, ao reconhecer-lhes esta unidade cultural e a sua ligação directa à construção dos *Zimbabwe* do interior, António Fernandes contribui desde logo, não só para contrariar as ideias de todos quantos defendem como exógena a cultura e os homens que a elas se encontravam ligadas, como também para precisar uma imagem do negro africano onde se evidenciam sobretudo as afinidades, num contexto em que a diferença se esbate apenas num certo exotismo que não foi ainda possível erradicar.

Deste modo, num momento em que ainda se olhava a população indígena africana como algo de intermédio entre o civilizado e o selvagem, o reconhecimento da existência de uma unidade cultural entre os povos do sertão, confere às informações de Fernandes uma importância capital no contexto da problemática da representação dos africanos. Percorrendo um vasto território onde nem sempre nos é possível identificar e localizar os sítios referidos³⁴ Fernandes

Moçambique, 1940, Alexandre LOBATO, *A Expansão portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530*, 3 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar – Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1954-60 e R. W. DICKINSON, *Report on Sofala Investigations (26 May -11 Junho, 1970)*. Documento policopiado disponível na Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.

³⁰ “Carta de João Vaz de Almada...”, 1516, *op.cit.*..., p. 290, “Apontamentos de Gaspar Veloso...”, (1512), *op.cit.*..., p. 184.

³¹ Id., p. 188. Sobre as festividades da lua nova e a sua possível filiação na cultura islâmica veja-se, entre outros, António RITA-FERREIRA, *African Kingdoms and alien settlements in Central Mozambique (c.15th-17th centuries)*, Coimbra, Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1999, p. 27.

³² “Apontamentos de Gaspar Veloso... (1512)”, *op.cit.*, p.188.

³³ Idem, p. 184.

³⁴ Casos do Reino de Mycamdira e Quytomgue, nas imediações de Sofala, mas cujas referências não permitem a possibilidade de uma localização precisa. O mesmo para o reino de Ynhacouce, já mais afastado. “Apontamentos de Gaspar Veloso... (1512)”, *op.cit.*, p. 180 – 182.

providencia informações fundamentais sobre as sociedades africanas, os recursos disponíveis no espaço que estas partilham e os princípios que presidem à sua gestão, contribuindo para concretizar uma imagem do negro africano que não se enquadra na classificação de “selvagem bestial”, marginal ao mundo civilizado.

O testemunho de Duarte Barbosa³⁵, a quem se não tem dado tanta atenção, prossegue numa linha de análise semelhante à de António Fernandes. O seu texto informa, para o continente africano, sobre as terras que ocupam a faixa costeira – litoral e ilhas – a Norte do Cabo de S. Sebastião, esclarece aspectos menos precisos ou detalhes que uma estadia curta não poderia evidenciar e, tal como o de Fernandes, reflecte a experiência pessoal de quem viveu na região e pode revelá-la expurgada dos exageros e fantasias dos relatos e descrições anteriores

Neste sentido, e para alguns aspectos, pode mesmo dizer-se que Barbosa excede Fernandes, sendo particularmente relevantes os dados sobre a população e o seu quotidiano³⁶ mesmo quando referentes a áreas onde ele não esteve mas que teve o cuidado de compilar informação, como no caso do Reino do Mwenemotapa.

Em qualquer dos casos, a tónica de Barbosa assenta na constatação da existência de traços comuns às populações da faixa costeira e do *hinterland* de Sofala que partilham de um horizonte histórico-cultural em que as mesmas se identificam. Assim se depreende pelas características comuns a toda a população ao longo da faixa litoral e sublitoral do continente de Bazaruto a Angoche e à foz do Cuama. São pretos baços que falam “aravia” e língua da terra e se alimentam de cereais, carne e pescado. Homens e mulheres que se vestem sumariamente, da cintura para baixo, com panos de algodão e seda na sua maioria vindos do Oriente, e o seu quotidiano revela se não prosperidade pelo menos uma confortável situação de bem-estar.

Produtores, mercadores e intermediários comerciais, as suas principais povoações identificam-se com as mais conhecidas e prósperas feitorias comerciais

³⁵ Duarte Barbosa acabou de escrever o texto no ano de 1516. A sua difusão e aceitação na Europa deve ter sido muito rápida uma vez que, na Biblioteca Nacional de Madrid existe um texto semelhante, datado de cerca de 1518 - BNM Ms. 1 016, *Descrição da situação, costumes e produtos de alguns lugares de África [Ca. 1518]*, fls. 1-6 - e, na Biblioteca Nacional de Paris, um manuscrito francês que parece ser da mesma data e que, na essência, embora com ligeiras alterações, se apresenta como sendo também o mesmo texto que se encontra na Biblioteca Nacional de Madrid - BNP Ancien fond n.º 6 116, *Descrição da situação, costumes e produtos de alguns lugares de África [Ca. 1518]*, fls. 238-240. Estes dois textos encontram-se reproduzidos em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vol. IV, 1965, respectivamente Doc. 48, pp. 354-370 e Doc. 49, pp. 372-380. Para além destas cópias, na edição crítica e anotada que, em 1996, foi publicada pelo IICT, identificam-se mais 10 manuscritos, todos do século XVI, como sendo cópias ou traduções, mais ou menos parciais, do mesmo texto. *Vd.* M. A. da V. SOUSA, *O Livro de Duarte Barbosa* (edição crítica e anotada), vol. I, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996.

³⁶ Duarte BARBOSA, “Descrição das Terras da Índia Oriental...”, *op.cit.*, pp. 18-19.

que se relacionavam entre si, no quadro de um vasto complexo comercial que, velho de muitos séculos, articulava o continente africano à Índia e ao Oriente por via do Índico.

Tendo esse complexo como referência, pode mesmo dizer-se que o seu texto contraria em tudo a ideia de persistir numa imagem pejorativa destas sociedades. A estrutura em que estas se alicerçam e a sua forma de actuação revelam princípios de organização e relacionamento com o Outro em tudo semelhantes aos padrões ocidentais conhecidos e, não fora um ou outro pequeno detalhe a sugerir ligeiras alterações, e dir-se-ia mesmo não terem sido sequer afectados pela presença dos Portugueses.

Curiosamente, é justamente ao referir uma dessas alterações que Duarte Barbosa nos introduz no mundo dos saberes e das tecnologias tradicionais locais, confrontando-nos com conhecimentos e procedimentos que não se ajustam ao modelo de “besta selvagem” que seria o negro africano.

Referindo-se a Sofala, Barbosa considera que a chegada dos portugueses e a sua política de monopólio fez reanimar na região a cultura do algodão³⁷ e inovar a indústria da tecelagem dos panos³⁸, deprendendo-se do seu texto que estas actividades, embora tradicionais na região, não tinham grande peso na economia local já que o negócio dos panos se identificava sobretudo com os algodões e sedas do Oriente.

Contudo, evidenciando sobretudo condicionantes e limitações ao desenvolvimento destas actividades, Barbosa, quiçá involuntariamente, fornece um conjunto de dados que nos remetem para a importância que estas teriam na região bem como para os conhecimentos envolvidos na tecnologia da sua produção.

O seu texto informa sobre saberes locais da tecnologia artesanal da tecelagem dos panos de algodão, sobre actividades económicas, supostamente de menor importância do ponto de vista dos portugueses e que por isso não tinham ainda despertado a sua atenção e, sobretudo, sobre a imensa capacidade de adaptação e inovação das comunidades locais no sentido de incorporar modelos exteriores e de ultrapassar dificuldades que podem ameaçar o seu quotidiano.

Neste contexto, refere-se o muito algodão que se produz, os panos brancos que se faziam na terra e de como de brancos passaram a coloridos para remediar

³⁷ *Gossypium herbaceum* da família das *Malvaceae*. A variedade *africanum*, ocorre, na forma espontânea e silvestre na África Austral. HARLAN *et al.*, *Origins of African Plant Domestication*, Mouton, 1976, p. 299. MANDALA cit. in Alan ISAACMAN, “The prazos da coroa 1752-1830: a functional analysis of the political system”, *Studia* 26, Lisboa, 1969, p. 20, referencia-o para o Vale do Shire, R.W. DICKINSON, “The Archaeology of the Sofala Coast”, *South Africa Archaeology Bulletin*, 30, 1975, p. 84-104 evidencia que, do ponto de vista arqueológico, a tecelagem do algodão é atestada na região do Save durante a Idade do Ferro e John ILIFFE (1997), *Les Africains, Histoire d'un continent*, Paris, Aubier, p. 173, precisa que a mesma era praticada em Mapungubwe desde o século XII.

³⁸ Duarte BARBOSA, “Descrição das Terras da Índia Oriental...”, *op.cit.*, p. 18.

o muito dano e prejuízo que os portugueses fizeram aos mercadores locais e explica-se que, desfiar panos pintados de Cambaia para aproveitar os fios coloridos e incorporá-los nos panos brancos locais, se afigurou então a solução para muitos dos que, directamente ligados à indústria da tecelagem e ao comércio dos panos, tentaram ultrapassar as imposições dos portugueses³⁹.

Porém, não é de um dia para o outro que se aprendem a desfiar os panos coloridos da Índia de forma a poder combinar os seus fios com o fio de algodão local, que se diz mais grosseiro, e voltar a tecê-los de novo, segundo modelos e padrões com procura garantida no mercado e, principalmente, com a certeza de os continuar a poder resgatar contra o ouro.

Por outro lado, o trabalho implícito neste processo não é fácil e exige uma estrutura organizada, complexa, que contemple quer as tarefas específicas dos diversos estádios de produção, quer as tarefas relacionadas com a sua organização, com a aquisição de panos orientais a ser usados como matéria-prima e não como mercadoria e, finalmente, com a sua posterior integração nos circuitos comerciais⁴⁰. E se, estes dois últimos aspectos se poderiam enquadrar com relativa facilidade no âmbito das redes comerciais tradicionais que operavam na região, os aspectos relacionados com a sua produção e a disponibilidade de mão-de-obra tinham de ser organizados e geridos pelos grupos mais directamente envolvidos nas diferentes actividades produtivas e, eventualmente, no quadro de uma complementaridade regional que tinha em conta as potencialidades de produção específicas das várias zonas que a integram.

Se considerarmos todo o historial das relações entre Sofala e o Reino dos Mutapa, que António Fernandes referira já, bem como a produção específica de algodão e o desenvolvimento da tecelagem nos reinos de Mozambica e Moziba⁴¹ com vista ao comércio com aquele reino⁴² e que o próprio Mwenemotapa, por protecção, apenas usava sobre si panos de algodão de fabrico local⁴³, torna-se difícil aceitar a ideia de Barbosa sobre as razões do desenvolvimento da tecelagem em Sofala.

³⁹ Idem., *Ibidem*.

⁴⁰ Devido ao imenso trabalho exigido pelo seu fabrico estes panos, de produção local, podiam ser tão valiosos e prestigiados como os panos de importação. *Vd.* António RITA – FERREIRA – “Alguns documentos inéditos sobre os bens sequestrados a Baltasar Manuel Pereira de Lago”, *Factos e Ideias: Revista do Centro de Estudos de Relações Internacionais*, Ano 3, (4 – 5), 1987, p. 68.

⁴¹ Provavelmente na margem norte do Zambeze, nas imediações de Sena. R.W. DICKINSON, “Sofala and the rivers of Cuama: Crusade and commerce in S.E. Africa (1505-1595), Dissertação de Doutoramento, 1971, p. 63. Documento policopiado, disponível na Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondalane, Maputo, Moçambique.

⁴² Pe. Francisco MONCLARO, “Relação da viagem que fizeram os Padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista do Monomotapa no ano de 1569, feita pelo Padre Monclaro da mesma Companhia” Cód. BNP copiado pela Sociedade de Geografia de Lisboa e impresso e publicado no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, série IV, 1883, p. 547.

⁴³ João de BARROS, *Ásia – Década I...*, p. 377.

Mais do que uma das respostas dos mouros à acção de fiscalização levada a cabo pelos portugueses, a produção e tecelagem de algodão parecem deter não só um papel importante no quadro da economia regional como também ao nível da cosmologia destas sociedades. O uso exclusivo dos panos de fabrico local pela autoridade máxima, neste caso o Mwenemotapa, pode ter funcionado, a nível interno, como um dos factores de protecção contra a influência de forças externas, porventura ocultas, e que pudessem constituir uma ameaça à harmonia e equilíbrio naturais que devem presidir ao mundo e à sociedade⁴⁴.

Deste modo, ao informar e testemunhar práticas comuns ao mundo “civilizado”, Barbosa fornece mais um contributo para desconstruir os mitos sobre os negros africanos, aproximando-os dos modelos do mundo ocidental.

No mesmo sentido devem ser encaradas as suas observações sobre as comunidades das *Húlicas* grandes (arquipélago de Bazaruto). Precisando a posição de entreposto comercial destas ilhas e o seu papel na articulação com o comércio das terras firmes fronteiras, Barbosa refere que as gentes da ilha procedem, embora de forma moderada, à exploração dos recursos silvestres, marinhos - âmbar, pérolas e aljôfar miúdo -, eventualmente objecto de comercialização⁴⁵ embora não seja este o objectivo principal da sua exploração. As pérolas e o aljôfar miúdo não são mais do que um subproduto, comercializável, de uma das espécies de bivalves – a ostra perlífera⁴⁶, localmente designada por *mapalo*⁴⁷ - que faz parte da dieta alimentar local.

Neste contexto, sublinhando a importância dos recursos marinhos regionais e sobretudo do desconhecimento local de processos de extracção das pérolas que protejam e privilegiam o valor comercial destas, Duarte Barbosa informa sobre componentes da dieta alimentar local (ostras), sobre gestos e processos do quotidiano das populações com vista à sua subsistência (apanha de ostras e forma de as abrir) e, finalmente, sobre conceitos e valores próprios ao universo destas comunidades (sobrevivência / subsistência; equilíbrio / sustentabilidade / lucro).

⁴⁴ J. K. RENNIE, “Ideology and state formation: political and communal ideologies among the south-eastern Shona, 1500-1890”, *State formation in Eastern Africa*, Nairobi, Heineman Education Books, 1984, pp. 162-193.

⁴⁵ Duarte BARBOSA, “Descrição das Terras da Índia Oriental...”, *op.cit.*, p. 16.

⁴⁶ *Pinctada capensis* da família das *Pteriidae*, Ocorre na zona infralitoral, em areia lodosa com conchas. W. FISHER *et al* (eds.), *Guia de Campo das espécies comerciais marinhas e de águas salobras de Moçambique – Fichas da FAO de identificação das espécies para actividades de pesca*. Projecto PNUD /FAO/ MOZ / 86 / 030, FAO, Roma, 1990, p. 320 e 326.

⁴⁷ A variedade de ostra local é a *Pinctada imbricata*, de casca muito fina, localmente designada por *mapalo*. Guilherme S. RUPP e Edson Anselmo JOSÉ, *Relatório de Actividades desenvolvidas em Moçambique. Prospecção de viabilidade de cultivo de moluscos bivalves nas províncias de Inhambane e de Gaza*, Projecto SOED / CIDA, Maputo, 23/09/2009, p. 3. [em linha][último acesso em Maio de 2010].

Disponível <http://web.uvic.ca/~soed/documents/Relatorio%20atividades%20Mocambique%20009.pdf>

Enquanto aponta a ignorância, a falta de ambição, o desapego pelas coisas materiais e a ausência de perspectivas desta gente, parecendo assim evidenciar o longo caminho que ainda têm de percorrer até à “civilização”, Barbosa informa, ainda que não intencionalmente, sobre todo um conjunto de saberes e técnicas que integram um modelo cultural e civilizacional próprio que as caracteriza e lhes permite mesmo gozar de algum prestígio, prosperidade e bem-estar que não se compadece com a noção de selvagem.

Deste modo, a forma como nos é dada esta informação, permitindo níveis de leituras diferenciados que tornam difícil precisar o lugar dos negros destas ilhas no quadro do binómio selvagem / civilizado, torna-a particularmente significativa no contexto da representação dos africanos.

Dos testemunhos de homens como António Fernandes e Duarte Barbosa e das muitas observações e registos que acompanharam a instalação dos portugueses na Costa Oriental de África, como o de Martim Fernández Figueiros, se foi assim construindo uma imagem menos fantasiosa da terra e das suas gentes enquanto se providenciava o reconhecimento indispensável à logística dos portugueses na região e se identificavam recursos e potencialidades.

Como se referiu inicialmente, não se pretende aqui, proceder a uma análise exaustiva das diferentes fontes da época com relevância para esta problemática mas apenas evidenciar que a documentação do século XVI, e em particular a da primeira metade do século, testemunha de forma clara e inequívoca a existência de discursos paralelos no que respeita à representação dos africanos no Ocidente, que se crê ter sido demonstrado pelos exemplos dados.

Reproduzindo concepções, experiências, interesses e posicionamentos diversos, esses discursos coexistem, dissonantes, perpetuando uns, imagens pré-concebidas que justificam e suportam a missão civilizadora do ocidental esclarecido no mundo selvagem africano, enquanto outros atentam sobretudo nas semelhanças e no reconhecer no Outro os seus próprios referenciais.

Independentemente da importância das razões desta discrepância, que nos levam a domínios específico da História e da Filosofia fundamentais para a compreensão da dinâmica própria do processo de relacionamento com o Outro, estes discursos perpassam os milhares de páginas da documentação portuguesa do século XVI, deixando bem claro que não é possível falar de uma representação / imagem dos africanos, a menos que se pretenda atender apenas ao discurso do poder ou dos seus representantes “oficiais”.

Daí a importância de “reler” as fontes numa perspectiva menos limitativa em que se considerem os vários elementos que, nos diferentes textos, concretizam uma imagem menos conceptualizada e menos fabricada do africano, e em que este se apresenta de facto como é e pelo é, pelo que faz e como faz.

Esta abordagem constitui um elemento fundamental para a desconstrução do mito dos “selvagens” africanos que dominava o imaginário europeu e os discursos oficiais de 500 contribuindo, de forma significativa, seja para uma

outra percepção da imagem do africano no mundo do século XVI, seja para consubstanciar a relação entre as expedições de reconhecimento do território e o precisar da imagem do negro africano, despido dos atributos de animal selvagem.